

Luiz Antonio Scavone Junior

ARBITRAGEM

MEDIAÇÃO,
CONCILIAÇÃO
E NEGOCIAÇÃO

10ª edição
revista,
atualizada e
ampliada



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 03.02.2020
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2020 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Até a 8ª edição, esta obra foi publicada com título *Manual de Arbitragem – Mediação e conciliação*.
- Capa: Aurélio Corrêa
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

Scavone Junior, Luiz Antonio

Arbitragem: mediação, conciliação e negociação / Luiz Antonio Scavone Junior. – 10. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2020.

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-309-8986-6

1. Arbitragem e sentença – Brasil. 2. Negociação – Brasil. 3. Mediação – Brasil. 4. Conciliação (Processo civil) – Brasil. I. Título.

20-62473

CDU: 347.918(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439

SUMÁRIO

ABREVIATURAS	XIX
I. ASPECTOS GERAIS DA ARBITRAGEM.....	1
1. Conceito de arbitragem – jurisdição.....	1
2. Arbitragem, mediação e conciliação	9
3. Normas de direito material aplicáveis à solução do conflito pela via arbitral.....	10
4. Limite geral imposto à possibilidade de solução arbitral	13
4.1 Direitos patrimoniais disponíveis	16
5. Espécies de arbitragem: institucional e avulsa	20
6. Arbitragem e sua constitucionalidade	21
7. Outros limites impostos à possibilidade de solução arbitral dos conflitos ...	24
7.1 Arbitragem e relação de consumo	24
7.2 Arbitragem e contratos de adesão	30
7.3 Arbitragem e direito do trabalho	38
7.4 Arbitragem e locação de imóveis urbanos.....	51
7.5 Arbitragem e Administração Pública – Direito Administrativo.....	54
7.6 Arbitragem, contratos societários e estatutos associativos	63
7.7 Falência e recuperação judicial do demandante e arbitragem	69
7.7.1 Falência.....	69
7.7.2 Recuperação judicial.....	71
7.8 Condomínio edilício e arbitragem.....	74
Quadro sinótico.....	78
II. CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM.....	87
1. Obrigatoriedade da arbitragem.....	87
1.1 Cláusula arbitral e cláusula de eleição de foro.....	89
1.2 A obrigatoriedade da arbitragem e o contrato que configura título executivo.....	90

2.	Espécies de convenção de arbitragem.....	92
2.1	Cláusula arbitral ou cláusula compromissória	92
2.1.1	Cláusula arbitral cheia	93
2.1.2	Cláusula arbitral vazia – conceito e execução específica	95
2.2	Compromisso arbitral.....	98
3.	Requisitos do compromisso arbitral	99
4.	Autonomia da cláusula arbitral – competência-competência	104
	Quadro sinótico.....	115
III.	ÁRBITROS.....	119
1.	Quem pode ser árbitro.....	119
2.	Poderes, deveres dos árbitros e sua equiparação aos funcionários públicos no exercício da função	122
2.1	Poderes conferidos aos árbitros.....	122
2.2	Deveres dos árbitros.....	123
2.2.1	A equiparação dos árbitros aos funcionários públicos e suas consequências	125
3.	O significado da expressão legal “tribunal arbitral”	128
4.	Critérios para escolha dos árbitros e do presidente do tribunal arbitral.....	130
5.	Impedimento do árbitro e sua arguição.....	132
5.1	Arguição de recusa do árbitro	136
6.	Impossibilidade de atuação do árbitro e sua substituição	137
7.	Número de árbitros e suplentes	139
	Quadro sinótico.....	140
IV.	PROCEDIMENTO ARBITRAL.....	145
1.	Normas de procedimento	145
1.1	Ata de missão	146
1.2	Princípios impositivos	148
1.3	Primeiras providências e tentativa de conciliação	151
1.4	Participação de advogado e representantes das partes.....	153
2.	Instituição da arbitragem e a interrupção da prescrição	154
3.	Arguição de incompetência, suspeição e impedimento do árbitro e arguição de nulidade da cláusula arbitral	158
3.1	Momento da alegação.....	162

3.2	Impedimento ou suspeição do árbitro.....	164
3.3	Nulidade da convenção de arbitragem e incompetência do árbitro ou do tribunal arbitral	166
4.	Relação de coordenação entre a arbitragem e o Poder Judiciário – cartas arbitrais	168
5.	Produção de provas	171
5.1	Depoimentos das testemunhas, interrogatório das partes e confissão... ..	172
5.1.1	Interrogatório, depoimento das partes e confissão.....	173
5.1.2	Depoimento das testemunhas	175
6.	Tutelas provisórias de urgência e de evidência	177
6.1	Tutelas provisórias de urgência de natureza cautelar ou antecipada incidentais.....	178
6.2	Tutelas provisórias de urgência de natureza cautelar ou antecipada antecedentes	180
6.3	Tutelas de evidência	182
6.4	Jurisprudência.....	183
7.	Pedido contraposto.....	185
8.	Revelia	186
9.	Comunicação dos atos	187
10.	Despesas com a arbitragem	189
11.	Intervenção de terceiros.....	189
	Quadro sinótico.....	192
V.	SENTENÇA ARBITRAL.....	199
1.	Características da sentença arbitral e seu cumprimento	199
1.1	Natureza do provimento, liquidez e execução.....	202
1.2	Cumprimento espontâneo e procedimento de cumprimento judicial da sentença arbitral	206
1.2.1	Citação.....	209
1.2.2	Cumprimento definitivo da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa – momento da exigibilidade da multa e dos honorários previstos	210
1.2.3	Cumprimento definitivo da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de entregar bens móveis ou imóveis, fazer e não fazer	212
2.	Prazo para emissão da sentença arbitral.....	215
3.	Quorum para a sentença no caso de tribunal arbitral.....	217

4. Requisitos da sentença	218
5. Acordo e sentença homologatória no curso da arbitragem	219
6. Comunicação e pedido de esclarecimento (“embargos de declaração”)	222
7. Nulidade da sentença arbitral	225
8. Ação anulatória da sentença arbitral	240
8.1 Procedimento.....	243
8.2 Impugnação da execução e seus efeitos.....	248
9. Sentença arbitral que não decide todo o litígio	250
Quadro sinótico.....	252
VI. SENTENÇA ARBITRAL ESTRANGEIRA	259
1. A sentença arbitral e a necessidade de homologação pelo Superior Tribunal de Justiça	259
2. Procedimento de homologação	263
3. Hipóteses de rejeição do pedido de homologação	265
Quadro sinótico.....	274
VII. NEGOCIAÇÃO	277
1. Conceito	277
2. As fases da negociação	279
3. Pontos fundamentais da negociação	280
3.1 Identificação do objeto do conflito e o objetivo das partes	280
3.2. Identificação da motivação e da intenção das partes	281
3.3. Entre na negociação munido de mais de uma possibilidade de desfecho	281
3.4. Domine o prognóstico tanto quanto possível.....	281
4. “Rapport”	282
Quadro sinótico.....	284
VIII. MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO	287
1. Conceito de mediação e de conciliação	287
1.1 Centros judiciários de solução consensual de demandas	289
2. Princípios impositivos da mediação e da conciliação e a confidencialidade... ..	289
3. Mediadores e conciliadores	293
3.1 O conciliador	293

3.2 O mediador	294
3.3 Cadastro de conciliadores e mediadores judiciais e câmaras de conciliação	295
3.4 Impedimentos.....	296
3.5 Equiparação para fins penais.....	297
3.6 Exclusão.....	297
3.7 Pagamento.....	298
4. Conciliação judicial.....	298
5. Regras gerais do procedimento de mediação (Lei 13.140/2015, arts. 14 a 20)...	300
5.1 Instituição do procedimento de mediação	300
5.2 Reuniões	302
5.3 Recusa, impedimento ou suspeição do mediador e do conciliador e dever de revelação – as consequências do descumprimento do dever de revelação.....	302
5.4 Mediação e conciliação no curso do procedimento judicial ou arbitral....	304
5.5 Advogado	304
5.6 Termo final de mediação e de conciliação e natureza do título no caso de transação	306
6. Peculiaridades da mediação/conciliação extrajudicial – a cláusula escalonada...	307
7. Peculiaridades da mediação judicial.....	311
8. Mediação e conciliação no Direito Público.....	313
8.1 Conflitos envolvendo particulares e a União, os Estados e os Municípios...	313
8.2 “Transação por adesão” nos conflitos envolvendo a Administração Pública Federal Direta, suas Autarquias e Fundações.....	316
8.3 Controvérsia entre órgãos ou entidades de direito público que integram a Administração Pública Federal	317
8.4 Desapropriações	319
Quadro sinótico.....	319
BIBLIOGRAFIA.....	327
APÊNDICE.....	331
OBRAS DO AUTOR.....	343